



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA

ATA - CGOV

3ª REUNIÃO DO CONSELHO DE GOVERNANÇA DE 2020

(3ª Reunião de Análise da Estratégia de 2020)

Data: 10/12/2020

Horário: das 14h às 14h30min

Local: Videoconferência realizada através de plataforma Google Meet

Secretária: Hérica Carla da Costa Sodré de Souza

PAUTA:

1. Informes
 - 1.1. Avaliação das Eleições 2020
 - 1.2. Planejamento Estratégico 2021-2026
 - 1.3. Gestão de Riscos
2. Relatório do Núcleo de Estatística (NEst)
3. Indicadores: Resultado janeiro a novembro de 2020
4. Metas Nacionais e Específicas: Resultado 2020
5. Projetos Estratégicos: Execução do Plano de Gestão 19-20

PARTICIPANTES MEMBROS DO CONSELHO	
NOME	CARGO
Des. Roberto Gonçalves de Moura	Presidente
Desa. Luzia Nadja Guimarães Nascimento	Vice-Presidente e Corregedora
Osmar Nelson Ellery Frota	Diretor-Geral
Felipe Houat de Brito	Secretário de Tecnologia da Informação (STI)
Renato Holanda Alves	Secretário Judiciário (SJ)
Ricardo Serruya de Medeiros	Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade (SOFC)
Rodrigo Augusto Nascimento Montero Valdez	Secretário de Gestão de Pessoas (SGP)
Daniel Rodrigo Dinelly Araújo	Secretário de Auditoria Interna Substituto (SAUDI)
Walber Joaquim dos Remédios	Secretário de Administração (SA)

PARTICIPANTES CONVIDADOS	
NOME	UNIDADE
Alex Adam Ramos de Aquino	Núcleo de Planejamento e Gestão Estratégica
Anderson Araújo dos Santos	Coordenador de Contabilidade e Finanças (CCF)
Edney José Martins Pereira	Assessor de Comunicação Institucional
Hérika Carla da Costa Sodré de Souza	Gabinete de Planejamento, Estratégia e Gestão (Secretária do Conselho de Governança)
Ingrid Agrassar Houat de Brito	Gabinete da Presidência
Leila Castro França	Núcleo de Planejamento e Gestão Estratégica
Nátalia Seabra dos Santos	Núcleo de Estatística
Patrícia Guimarães Rocha de Saboya	Núcleo de Projetos e Governança Institucional
Roberto de Araújo Moura	Núcleo de Planejamento e Gestão Estratégica
Sabrina Bittencourt Guimarães	Coordenadoria de Orientação, Supervisão de Cadastro e de Procedimentos Judiciais e Correicionais

Registros da reunião:

Iniciada a Reunião, o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, Desembargador Roberto Moura, primeiramente saudou a todos os presentes, repassou a pauta da reunião e passou a palavra à Desembargadora Luzia Nadja Nascimento. Esta informou que estava finalizando uma correição virtual e precisaria se ausentar durante a reunião.

A pedido, foi feita a inversão da pauta. O Presidente passou a palavra para o Diretor-Geral, o senhor Osmar Frota.

O DG iniciou falando sobre reestruturação administrativa com inspiração nas determinações do TCU e CNJ (Núcleo Pregão, Núcleo Socioambiental e Acessibilidade, Núcleo Gestor de Contratos, Núcleo PJE, ASCOM, Núcleo de Estatística), bem como a da Secretaria de Administração. Fortalecimento das unidades do tribunal, reforçando a presença de mídia que o TRE mostrou por ocasião das Eleições, alternando os entrevistados.

Prosseguiu destacando os temas Teletrabalho e o Concurso Público, que se mostraram importantes avanços. Pontuou que há cargos já nomeados decorrentes deste certame. E, ainda, a utilização da conta vinculada que levou à criação do Núcleo Gestor de Contratos.

Evidenciou a redução de despesas referente a transporte, o que foi alcançado com o uso de aplicativo o “99 Táxi”; junte-se a isso, o decréscimo do uso de suprimento de fundos, o que reduziu as despesas para esse fim em comparação caso fosse utilizada frota própria.

Adicionalmente, pontuou a usina fotovoltaica da CAE, que se configura num investimento inteligente com redução do recurso de custeio.

Destacou as ações da secretaria do tribunal, tais como as de biometria, entre outras, e a execução do orçamento planejado com baixa devolução do orçamento 2020 à União, trazendo benefícios ao órgão. Com esse feito, o TRE-PA foi consagrado o 1º lugar entre os regionais do Brasil referente à execução do orçamento.

Prosseguiu mencionando a inovação do pagamento do benefício-alimentação, mormente aos mesários, por meio de carteira digital, o que no seu sentir, foi de grande êxito.

Por fim, recordou a grandiosidade da logística implementada pela Secretaria de Administração para a distribuição dos equipamentos de proteção individual (EPIs) aos

mesários nas eleições.

Para a POA de 2021, informou à Desa Nadja que deixou recurso em 2020 para uso na gestão subsequente, por considerar uma boa prática.

Destacou a recente premiação Selo Ouro de Qualidade CNJ para o TRE-PA, entre outras, o que reflete a maturidade atingida pelo órgão.

Com relação ao tema Banco de Horas, que é um ponto sensível dentro da Justiça Eleitoral, mencionou que o Tribunal praticamente “zerou” as horas do banco de pleitos e pretende fazer o mesmo com o banco de horas administrativo. Para tanto, o tribunal está se esforçando para conseguir o recurso necessário para a quitação desse passivo.

Sobre as eleições 2020, mencionou as dificuldades na parte de informática, com o suporte, e, em especial, com o PJE, ressaltando que os sistemas não são geridos pelo tribunal. Mencionou os vários grupos de apoio disponibilizados, a exemplo, do NEAPE, além do apoio presencial. Neste ano, em virtude da pandemia, este tipo de apoio não teve adesão expressiva, o que é compreensível. As situações foram contornadas por meio de suporte remoto. Anunciou, por fim, o apoio às Zonas Eleitorais para a prestação de contas cujas providências estão sendo tomadas.

O desembargador Roberto Moura registrou que o Diretor-Geral e a equipe composta nesta gestão foram essenciais para o sucesso nestes dois anos, ressaltando que o crescimento continuará na gestão da Desembargadora Nadja. Após, passou ao registro sobre a avaliação da Secretaria de Auditoria Interna em 2020.

“Inicialmente, cumpre ressaltar a importância da reestruturação da Secretaria de Auditoria Interna – SAUDI, com deslocamento do processo de trabalho judicial de análises de contas eleitorais e partidárias para unidade diversa da Auditoria Interna, permitindo que esta fosse estruturada adequadamente para o cumprimento de suas funções institucionais, bem como em observância ao Acórdão TCU nº 1.074/2009 – Plenário, aos incisos I e II do art. 74 da Resolução CNJ nº 309/2020, a normas internacionais de auditoria interna (The Institute of Internal Auditors – IIA) e a normas internacionais para a prática profissional de auditoria interna (International Professional Practices Framework – IPPF), tendo tal reestruturação recebido reconhecimento pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Registro que o Secretário de Auditoria, em 2020, proferiu a palestra “Atuação das Auditorias Internas na Política de Gestão de Riscos: vedação de cogestão e 3ª linha de defesa”, na webinar “Auditoria Interna em tempos de Covid-19”, promovida pela Secretaria de Auditoria do CNJ; integrou um grupo de trabalho responsável pela elaboração das minutas-padrão do Estatuto de Auditoria e do Código de Ética da Unidade de Auditoria do Poder Judiciário nacional; foi eleito membro, representando unidade regional da Justiça Eleitoral, do Comitê de Governança e Coordenação do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário – SIAUD-Jud, conquistando tal assento para este Tribunal por 2 (dois) anos; e foi mantido no Grupo de Trabalho das Auditorias Integradas (GTA), designado pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE, na condição de um dos representantes da Região Norte, que possui 2 (dois) representantes.

Quanto aos trabalhos realizados em 2020, destaque-se que:

a) o Secretário de Auditoria tem acompanhado os julgamentos do Tribunal de Contas da União – TCU e encaminhado, às respectivas unidades competentes deste Tribunal, acórdãos da Corte Federal de Contas, para aperfeiçoamento dos processos de trabalho, nos casos necessários, bem como iniciou processos administrativos, comunicando a prolação de acórdãos do TCU, para conhecimento e divulgação junto às unidades responsáveis, bem como para fins de instrução de processos administrativos, a fim de que sejam observados posicionamentos da Corte Federal de Contas. Assim, a atuação da SAUDI tem ocorrido de forma pró-ativa e integrada;

b) houve a execução integral do Plano Anual de Auditoria de 2020, incluindo auditorias, consultorias e monitoramentos de recomendações expedidas pelo TCU e pela Secretaria de Auditoria Interna estando em execução exclusivamente a auditoria nas contas deste exercício, cujo prazo de conclusão será até março de 2021, conforme cronograma fixado pelo TCU;

c) a Auditoria Integrada sobre gestão da infraestrutura de Tecnologia da

Informação e Comunicação, com enfoque na gestão de ativos, junto ao Tribunal Superior Eleitoral, foi concluída de forma exitosa no presente exercício, fato que ocorreu tão somente em 2 (dois) Tribunais Regionais Eleitorais, a saber, o do Pará e o do Piauí. Nela foram expedidas 10 (dez) recomendações;

d) a consultoria em gestão de riscos sobre o processo de logística de transporte de urnas eletrônicas orientou a STI no mapeamento de 16 (dezesseis) riscos relacionados ao processo de logística de transporte de urnas eletrônicas e seus materiais agregados;

e) a consultoria em controles internos sobre o processo de execução financeira, por sua vez, orientou a Secretaria de Orçamento e Finanças – SOFC no mapeamento de um total de 22 (vinte e dois) riscos relacionados ao processo de execução financeira de despesas;

f) houve aperfeiçoamento da análise sobre atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão;

g) o atual Secretário apresentou orientações decorrentes das Resoluções CNJ nº 308 e 309/2020, bem como das Instruções Normativas TCU nº 84 e 85/2020;

h) o Plano Anual de Auditoria de 2021 foi elaborado de forma a atender os quesitos do diagnóstico de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário - iGovTIC-JUD (que pontua no Eixo dos Dados e Tecnologia do Prêmio CNJ de Qualidade) e dos arts. 17 e 34 da Resolução TSE nº 23.501/2016, que “Institui a Política de Segurança da Informação (PSI) no âmbito da Justiça Eleitoral”; e

i) foi constituído grupo de trabalho para regulamentação do Programa de Qualidade de Auditoria do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, já tendo sido elaborada minuta de ato normativo para tal desiderato, a qual foi submetida à análise da Presidência para fins de relatoria junto à Corte do Tribunal.

Por fim, registro destaque aos trabalhos afetos ao Prêmio CNJ de Qualidade, objeto de elaboração de manual para a transição para unidade diversa, a partir de 2021, tendo sido também constituído grupo de trabalho que objetiva apresentar sugestões, à próxima gestão, de medidas adequadas para a efetivação da referida transição, caso seja optado pela sua continuidade, em cumprimento a uma resolução do CNJ.

A respeito, faço ainda o registro de congratulações a todo o Tribunal pela premiação deste ano, bem como para ao Secretário de Auditoria e sua equipe, enquanto gerenciadores da premiação no Tribunal até então, pela premiação Ouro recebida em 2019 e também em 2020, cuja manutenção demonstra amadurecimento no processo de trabalho em questão.

Do exposto, manifesto-me pela aprovação do desempenho da função de auditoria interna realizada no exercício de 2020, com registro de congratulações ao Secretário de Auditoria Interna e à sua equipe, em cumprimento ao disposto no art. 8º, VII, da Resolução TRE/PA nº 5.415/2017, e nos arts. 4º, I, e 5º da Resolução CNJ nº 308/2020.”

Após os registros, elogiou o papel grandioso da SAUDI em várias etapas dos trabalhos eleitorais e parabenizou a equipe comandada pelo servidor Rui Batista na condução destas atividades.

Na sequência, passou a palavra à chefe do Gabinete de Planejamento, Estratégia e Gestão, Hérika Sodré, sobre o próximo item da pauta “Plano de Gestão 21-22 - Metodologia e Cronogramas”

A chefe do GPEG agradeceu a presença de todos, ressaltando a importância da participação em todas as reuniões de análise da estratégia do Desembargador Roberto Moura e da Desembargadora Luzia Nadja Guimarães. Anunciou o início da pauta da 3ª reunião de Análise da estratégia, em cumprimento da determinação do CNJ de realizar a RAE quadrimestralmente, passando aos informes:

1. INFORMES

1.1. Avaliação das Eleições 2020

Hérika Sodré expõe sobre avaliação das eleições, tendo informado que ocorreu uma reunião virtual preliminar com os gerentes de processo do PIE, dividida em dois dias, para destacar os pontos de sucesso, pontos de melhoria e critérios que poderiam entrar no formulário de acordo com a percepção dos macrogestores. Esses formulários já foram disponibilizados, sendo um para as Zonas, outro dirigido a todos os interessados e um específico para os macrogestores. Concluído o prazo para preenchimento, as informações serão compiladas e discutidas em uma reunião ampliada em janeiro, com todas as informações dos formulários. O documento resultante dessa reunião será agregado ao gerado na reunião a ser realizada em fevereiro referente às PCONs. Este material servirá de insumo à elaboração do Relatório de Avaliação das Eleições 2020. Este trará as oportunidades de melhoria dentro de cada processo de eleição, provendo o próximo plano integrado das eleições, fechando, assim, o ciclo do PDCA, pois foi realizado o planejamento, foram executadas as ações previstas, foi avaliada a execução e foram propostas melhorias para implementação do próximo planejamento.

1.2. Planejamento Estratégico 2021-2026

A servidora Hérika Sodré pontuou que, no próximo ano, haverá um grande desafio, a saber: a elaboração do novo Planejamento estratégico do TRE-PA com vigência 2021-2026. O planejamento estratégico deste ano teria vigência até dezembro de 2020, contudo, a norma do CNJ, de junho de 2019, alterou a vigência do Planejamento dos Tribunais alinhando-o com a vigência do CNJ, com início em 2021 e término em 2026. Houve alguns questionamentos dos tribunais eleitorais, pois no próximo ano par, de 2022, que será ano de eleição geral, será construído o plano para 2027. Por enquanto não se conseguiu a sensibilização do CNJ para esse tema.

O TRE-PA possui um cronograma preliminar para a execução, o qual deverá ser aprovado até junho com auxílio dos macrogestores com o intuito de se definir um caminho para as próximas três gestões. Por ser uma responsabilidade muito grande, será necessária a participação de todo o órgão.

Passou-se a palavra para Patrícia Saboya, chefe do Núcleo de Gestão de Projetos e Governança Institucional para discorrer sobre gestão de risco.

1.3. Gestão de Riscos

A chefe do Gabinete de Planejamento, Estratégia e Gestão ressaltou os importantes passos que foram dados pelo TRE-PA no primeiro semestre de 2020, apesar da situação de pandemia. O mapeamento dos processos de eleição foi iniciado em junho de 2020, totalizando 16 processos, ou seja: Seções Eleitorais; Servidores, juízes e promotores; Técnicos de Eleição; Mesários; Orçamento de eleições; Materiais de apoio às eleições; Comunicação institucional; Registro de Candidatura; Propaganda e horário eleitoral; Prestação de Contas; Diplomação; Sistemas e serviços; Segurança; Urnas; Pontos de transmissão; e Apuração e totalização. Através deste mapeamento, o Tribunal pôde rever todos os riscos envolvidos por cada um dos processos do pleito, com o intuito de mitigar riscos e problemas de não realização das eleições em meio ao cenário de grandes mudanças e incertezas, causadas pela pandemia da COVID-19.

Foram mapeadas 98 ações de risco e 216 ações de controle, perfazendo uma média de 6 eventos de riscos por processo de eleição e 2 ações de controle por evento de risco. O mapeamento foi registrado na ferramenta SCOPI.

A chefe do NPGI continuou sua fala mostrando gráficos dos eventos de risco (dos 98), sendo: 45 eventos de riscos com nível de risco considerado médio (moderado); 31 com nível de risco considerado alto; 17 baixo; 3 muito alto; e 2 com nível de risco considerado muito baixo. Já no status geral das 216 ações de controle, a servidora falou que: 92 ações encontravam-se em situação de concluída (43%); 27 (13%) com andamento dentro do prazo; 11 (5%) canceladas; 50 (23%) com início atrasado; 30 (14%) com fim atrasado; e 6 atrasadas.

Ainda falando sobre os eventos de riscos, a servidora mostrou a divisão entre as unidades do Tribunal, sendo: 36 na Secretaria de Tecnologia da Informação; 12 na Secretaria de Gestão de Pessoas; 12, também na Secretaria Judiciária; 11 de atribuição da Corregedoria; 9 da responsabilidade da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

6 da Secretaria de Administração; 4 do Gabinete de Segurança Institucional e 4 da Assessoria de Comunicação; e 1 da Ouvidoria. Para finalizar o tópico, a chefe do Núcleo, reiterou que as unidades continuam muitos dos processos, devendo informar o NPGI sobre o status de andamento das ações para que a unidade proceda com a atualização no sistema SCOPI. Para isso, os gestores de riscos recebem e-mails cobrando tais informações, bem como, através de despachos no processo SEI que cuida do assunto.

2. RELATÓRIO DO NÚCLEO DE ESTATÍSTICA (NEST)

A Chefe do GPEG informa que a servidora Natália, chefe do Núcleo de Estatística, irá, em cumprimento ao requisito do prêmio CNJ de qualidade, que pede que a RAE seja subsidiada por análises estatísticas, para falar sobre o uso da ferramenta de Business Intelligence (BI) no monitoramento dos processos de registro de candidatura das eleições municipais 2020 no estado do Pará.

Herika informa que o diretor geral identificou a necessidade e solicitou que fosse realizado um monitoramento dos registros de candidatura nas zonas e por meio do Núcleo de Estatística a partir do sistema criado pela STI, foi possível usar a base de registros de candidaturas para elaborar os dashboards.

A chefe do Núcleo de Estatística, iniciou sua fala destacando que o objetivo deste trabalho foi apresentar os resultados do monitoramento dos registros de candidatura obtidos a partir do uso da ferramenta Power BI no monitoramento estratégico e analítico dos registros de candidatura nas eleições municipais 2020 no estado do Pará.

Explicou que a principal finalidade do uso destas ferramentas é disponibilizar, analisar e acompanhar de forma dinâmica e iterativa as informações, ajudando na tomada de decisões pela alta gestão, com base nos dados, no menor espaço de tempo.

Na fala da chefe do Núcleo, o escopo do relatório foi demonstrado no sumário. No primeiro tópico do relatório foram apresentados alguns órgãos que já fazem uso da ferramenta de BI, destacando os tribunais regionais eleitorais, a saber: Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE – GO), Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE – MT), Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE – DF), Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE – PI), Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE – AM), além do próprio Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apresentando algumas imagens dos painéis de BI implementados nestes Tribunais. Destacou, por exemplo, o uso dos painéis de BI pela Secretaria de Saúde da Bahia e pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.

Natália Seabra explica que o processo ocorreu sobre a coordenação da Diretoria Geral do TRE-PA, com implementação do monitoramento pelo GPEG, junto às unidades NEST e NPGE, apontou ainda o sistema de Registro de Candidaturas (REGCAND) como a principal fonte de dados utilizada para implementar os painéis de BI, destacando as variáveis que foram utilizadas e o mapeamento das fases processuais realizado pela SJ. Explicou que o sistema RegCand é alimentado com informações do sistema Candidaturas, PJE e da própria Zona Eleitoral. A partir da extração dos dados do sistema RegCand foi possível elaborar três painéis, sendo dois os principais painéis, 1 (um) painel geral dos processos, por zona eleitoral, podendo fazer o comparativo entre as ZE's, índice de julgamento diante do recebimento de apoio nas ZE's e outro painel possibilitou a identificação do índice de julgamentos com fonte PJE e CAND, um mapeamento por zona eleitoral.

O monitoramento implicou em algumas ações, a principal delas foi o direcionamento de apoio (presencial ou remoto) para as Zonas Eleitorais com necessidade de suporte. Natália Seabra explica que neste ponto de controle, o foco da atuação foi direcionado para informações do REGCAND vindas de forma automática dos sistemas CAND e PJE. Desse modo, nesta data verificou-se quantos processos de cada Zona Eleitoral permaneceram na tarefa "Analisar novo processo", sendo visualmente constatado que cerca de 06 Zonas Eleitorais estavam com mais de 50% de processos nessa condição, assim, foi mantido contato telefônico com as zonas para viabilizar o recebimento de apoio presencial ou remoto.

A segunda ação foi o envio regular de e-mails alertas por parte da Secretaria Judiciária para as ZE's e, em um terceiro momento, no dia 16/10/2020 foi possível o envio de ofícios com orientações para a ZE's que estavam com índice de julgamento abaixo de 60%. Destaca-se que somente 14 zonas estavam com índice de julgamento acima de 60%, mas após a emissão dos ofícios, as ZE's conseguiram ampliar seus índices passando a alimentar melhor o sistema RegCand, passando então para 32 zonas com índice de julgamento acima de 60% na data de 18/10/2020, e neste momento, o secretário Renato pediu a fala para destacar que este relatório nasce a partir do uso anterior de planilhas de controle da SJ, para identificação da situação de candidatos fora das urnas com status indeferidos e sem recursos, e que a partir do relatório extraído do RegCand foi possível identificar estes recursos de forma mais gerencial, o que ele vê como uma realização visto que o PJE não possui relatórios gerenciais, portanto a criação do sistema RegCand em parceria com a STI possibilitou compartilhar a planilha de controle dos registros de candidatura, que permite um maior controle de todas as ações, e de todas as classes processuais do tribunal, e a partir dela e do cruzamento dos dados com o PJE foi possível nesta eleição de 2020, identificar 8 (oito) candidatos que estavam fora das urnas e a zona desconhecia esta informação, porém a SJ ligou para as ZE's e em tempo e modo conseguiram ajustar o status dos candidatos e incluí-los na urna.

Natália retoma a fala informando que todo o processo resultou em um relatório que está incluso no SEI, no processo intitulado "atuação do NEST" e que o mesmo foi apresentado em uma reunião anterior com a equipe do NEST, agradecendo e encerrando a fala.

Hérika repassa a fala para o Diretor Geral (DG), que em complemento a fala do Renato, afirma que encontraram 2 ou 3 candidatos fora da urna e o sistema Dashboard possibilitou a identificação destes candidatos de forma mais rápida nasceu com a ideia e como forma de aprimoramento das planilhas usadas em 2010 e 2012, Renato destaca que as planilhas eram manuais empenhando 10 pessoas atuando na elaboração das planilhas, DG enxerga o trabalho com uma grande evolução saindo do controle manual para um trabalho gerencial, destacando que o Dashboard BI permitiu observar diariamente qual ZE estava pior em termos de julgamento dos processos, para poder manter contato com a ZE, visando cobrar e ajudar no avanço dos julgamentos. Destacou ainda, que a partir da expertise do GPEG em monitoramentos, foi feito um trabalho muito bom a nível gerencial, foi uma evolução das planilhas que eram mais limitadas, e isso tem um espaço de crescimento no tribunal para usar esta metodologia para outras atividades no tribunal, inclusive para a prestação de contas, consolidar esta ferramenta para uso nos gabinetes do tribunal, chefes de gabinete, cartório e magistrados.

Hérika retoma a fala, destacando que muitos dos dados estão espelhados no gênio, que é um portal da TI que consolida as principais estatísticas do tribunal eleitoral e o diferencial entre Dashboard de BI e o Gênio é que o último é bem interessante para visualizar a ZE e o tribunal como um todo, e no Dashboard de BI é possível vê de forma comparada as Ze's, com possibilidade de alterar os controles diariamente conforme a necessidade, que em termos de sistema não teria uma estabilidade, mas na dinâmica do monitoramento Dashboard do BI, onde cada dia era necessário uma informação diferente, é mais viável, inclusive já há um processo para aquisição de 25 licenças do software Power BI.

3. INDICADORES: Resultado de janeiro a novembro de 2020

O servidor Roberto Moura, chefe do Núcleo de Planejamento e Gestão Estratégica, iniciou a exposição dos resultados do órgão pontuando que, pela forma de apuração definida em normativo, os macrodesafios são aferidos com o cumprimento pela média da execução dos indicadores que os compõem.

Dos 8 macrodesafios, 4 estão com cumprimento superior a 90%. Pontualmente, a ferramenta utilizada pelo GPEG indica uma parte dos indicadores com medição baixa, mas não em situação alarmante, em seu ponto de vista.

No plano global, informa que o tribunal está com 84% de cumprimento do plano estratégico para este ano, o que considera muito bom. Expôs como era realizado o

acompanhamento e pontuou a nova forma de trabalho.

Osmar indicou os avanços conseguidos na Diretoria Geral e gostaria de ressaltar os avanços da metodologia de Gestão estratégica do órgão, não apenas por existir, mas por termos a possibilidade de aplicá-la na atuação da gestão do TRE-PA.

Antes, a ênfase era no macrodesafio, mas agora, o foco são os indicadores que indicam o cumprimento da meta.

3.1 Indicadores que atingiram a meta

O servidor Roberto Moura exibiu as medições dos 10 indicadores - 40% do Plano - que atingiram ou superaram a meta estabelecida para o exercício, os quais se encaixam na metodologia definida, relacionando-os:

- i) o Índice global de Alcance das Metas Plano de Logística Sustentável que atingiu 125%;
- ii) o Índice do Grau de Satisfação de Clientes que obteve resultado acima da Meta definida para o indicador com 113%;
- iii) os 2 Índices de Cadastro Biométrico que conseguiram superar, previamente, a meta;
- iv) o Índice de cumprimento da meta 2 - processos mais antigos - que atingiu 103%;
- v) o Índice de perda orçamentária que atingiu com 137%;
- vi) o Índice de Governança das Aquisições com 110%;
- vii) o Índice de Produção e Satisfação das Informações Divulgadas, que junta o resultado do trabalho da ASCOM e OJE, com 40% e 54%. Comentou que a medição desse indicador superou muito a meta estabelecida;
- viii) o Índice de maturidade em Gestão Estratégica com 102%; e
- ix) o Índice de Disponibilidade e Atendimento de Demandas da STI com 101%.

Pontuou que a metodologia direcionou a RAE para outro nível de maturidade do acompanhamento, mostrando-se como um desafio às unidades a sempre superar a meta posta.

3.2 Indicadores que não alcançaram a Meta

A partir das medições, o próximo passo será o aperfeiçoamento das práticas de modo a superar cada vez mais os índices, o que observa o previsto na Resolução 5.640 de 2020, art 15.

Previamente à realização da RAE, os donos dos indicadores com resultado abaixo da meta esperada deverão apresentar análise crítica quanto ao desempenho e plano de ação para sua melhoria.

Com isso, comentou que não basta só medir e sim temos que melhorar os índices medidos pelo nosso órgão.

Na sequência, foi passada a palavra aos donos dos indicadores participantes para manifestação sobre o desempenho alcançado, lembrando que foi mandado via processo SEI e alguns donos de indicadores colocaram algumas considerações, como por exemplo a Andreza Cristina da COR, dona do indicador Índice de Execução Orçamentária no Despacho COR (Evento 1196385).

De início, manifestou-se a unidade SOFC. O secretário, Ricardo Serruya, explicou que esse ano atípico, tivemos que revisar vários processos e projetos em razão da pandemia e que só para ilustrar temos pouco menos de 1 milhão ainda para empenhar ainda em valor disponível e ainda para empenho. E esse indicador não é de execução, ou seja, pagamento em si, e sim de empenho então mesmo se estivéssemos em um ano normal nós já estaríamos com tudo empenhado nessa data ou comprometido. Ricardo

informou, também, que não existe perda ou execução congelados sendo que ainda não acabou o exercício e que quando fechar o ano vai dar para dizer, assim, não tem como executar mais e não tem como não prevenir aquela perda já que o exercício acabou. Então, um bom indicador seria o que mede de 6 em 6 meses, verificando como está o indicador em julho e em dezembro.

Ricardo apresentou o seguinte plano de ação: pegar o que as unidades não vão usar mais como por exemplo equipamentos que não vão ser adquiridos ou despesas que não vão ser executadas, verificar se não tem outras unidades que vão precisar e caso elas não precisem informar para a Direção decidir o que irá fazer com as “sobras”.

Ao serem levantadas dúvidas pelos participantes, foram prestados esclarecimentos e considerações pelo chefe do NPGE e GPEG.

Posteriormente, a servidora Sabrina, Coordenadora da Corregedoria, manifestou-se quanto ao Índice de Cumprimento da Meta Nacional nº 1 inicialmente havia a previsão do grau de cumprimento de 54% e, como foi um número que chamou a atenção, a GPEG e a Corregedoria entrou em contato com a SBD (Seção de Banco de Dados) para verificar esses dados e realmente se confirmou que estavam sendo computados os dados de processos de prestação de contas que não contariam para a meta e hoje contamos para o 1º grau com 95,31% e ainda há uma tendência de aumentar esse valor porque estamos com uma ação para tentar alcançar essa meta até o final do exercício e já estamos fazendo monitoramento dos processos zona por zona e estamos verificando algumas peculiaridades, por exemplo as zonas eleitorais que estão com processos julgados mas não houve o registro da baixa no PJE e estamos encaminhando ofícios às zonas eleitorais e hoje detectou-se outra situação, em que algumas zonas estão com processos sobrestados e que estavam sendo computados também no Portal, foi aberto chamado ao Chefe da SBD, Sandro Tadaiesky o qual já está verificando zona por zona e acreditamos que até o final do exercício nós estaremos com 100% ou mais de grau de cumprimento da meta.

Sabrina continuou com relação à Meta 4 registrando que para o exercício 2020 não se aplicaria ao 1º grau de jurisdição e que já consta na planilha de apresentação do GPEG. Com relação à Taxa de Congestionamento de Processos no 1º Grau nós alcançamos 52% no mês de outubro de 2020 e isso se deve à soma do estoque de processos físicos que ainda estamos sofrendo as consequências da Pandemia em razão da suspensão dos prazos processuais que constituem um grande volume de processos ainda em tramitação nas Zonas Eleitorais e também a distribuição de processos novos com o período eleitoral, como foi medido no mês de outubro foi um período em que esse processo de registro de candidatura, representações e demais feitos de natureza eleitoral eles ainda estavam em tramitação e ainda pendentes de julgamentos e acredita que até o final do exercício, à medida em que esses processos forem sendo julgados, o resultado vai mudar de cenário. Sabrina concluiu que acerca dos indicadores da Corregedoria foram feitas essas considerações.

Renato, da Secretaria Judiciária, em sua manifestação sobre a prestação jurisdicional, especificamente sobre a meta 4, pontuou apenas que os processos ainda não estão todos no PJE e boa parte dos processos referentes ao julgamento de candidaturas ainda está em tramitação.

Rodrigo Valdez, da SGP, iniciou comentando sobre o Índice de Gestão e Desenvolvimento por Competência que tem 3 variáveis, uma delas é o Índice de Execução do Plano Anual de Capacitação e esse ano ele teve um decréscimo muito grande. Já os outros que são o Índice de Desempenho Gerencial e Índice de Adequação às Competências Individuais e esses dependem da avaliação por competências. Pontuou que quanto ao Índice de Execução do Plano Anual de Capacitação, que foi exatamente isso que fez esse índice ficar bem abaixo da meta esperada, tiveram algumas razões, a principal delas foi a Pandemia que nos obrigou a reprogramar várias ações do treinamento que estavam programadas desde janeiro e não tínhamos ainda ideia desse cenário e muitos treinamentos não conseguiram ser executados inclusive na forma on line com isso teve muita mudança no Plano Anual de Capacitação desse ano. Também acrescentou algumas mudanças advindas de normas como Resoluções do CNJ por exemplo a 309 que estabeleceu a necessidade de um Plano de Capacitação para auditoria, então tiveram que ser feitas algumas adaptações, bem como a Portaria Interna que estabeleceu o Plano de Formação e Aperfeiçoamento dos agentes de segurança institucional. Portanto, por conta da Pandemia e dessas alterações o Índice de Execução do Plano decresceu muito, sendo que ele ficava em

torno 90 a 100% e chegou a ser medido em novembro em 58%, algumas ações de capacitação ainda foram postergadas imaginando que fosse ter uma melhoria na situação da Pandemia, o que não aconteceu. Rodrigo completou que pode ser revista a meta, mas não em um valor muito alto, no máximo reduzir de 82% para 80% para se ter uma oportunidade de melhoria e observou que poderíamos ter chegado muito próximo aos 82% se não tivesse acontecido a situação da pandemia e pensa que o próximo plano de capacitação já vai ser montado considerando essa variável das restrições em razão da Pandemia, então não será um problema para se alterar meta. Quanto ao AGI foi observado que está sendo medido em torno de 45%, então essa meta de 70% que está estabelecida é praticamente inalcançável diante do nível de governança em gestão de pessoas de acordo com o que o TCU pensa nesse sentido, então nesse caso precisa-se alterar essa meta e baixá-la para 50% que é um valor que poderemos alcançar no futuro

Roberto Moura, Chefe do NPGE, registrou que gostou da abordagem apresentada porque a consequência será nós termos uma medição mais próxima do ideal, tentando atingir 100% das metas e esse procedimento será trazido para as próximas RAE's acompanhando o andamento de cada indicador.

Roberto sugeriu que seja feita uma avaliação técnica das sugestões apresentadas para alteração de indicadores posteriormente.

3.3 Indicadores com Medição Suspensa

Alguns indicadores tiveram prejuízos ao seu alcance, tanto os suspensos na RAE anterior e como os afetados pela pandemia, os quais estão relacionados a seguir:

- i) Índice de Participação nos Projetos de Cidadania;
- ii) Índice de Acesso à Justiça;
- iii) Índice de Eficiência do cumprimento de deliberações correicionais;
- iv) Índice de Qualidade de Dados Biométricos no banco de dados do cadastro de eleitores;
- v) Índice de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho.

4. METAS NACIONAIS E ESPECÍFICAS CNJ

O servidor Roberto Moura iniciou expondo sobre a Meta 1 comparando que os casos novos no 1º Grau foram 28.696 e os casos julgados até agora foram 27.341, no 2º Grau 1.308 de casos novos e 1.082 de casos julgados. Roberto pontuou a evolução durante o ano, com queda em setembro devido à entrada dos processos de Registro de Candidaturas e retomada após seu julgamento.

Como previsão de futuro e consequente pontuação no Prêmio CNJ de Qualidade 2021 para o cumprimento da Meta, os dados atuais mostram que não receberíamos pontos dentre os 10 disponíveis para a Meta 1.

Quanto à Meta Nacional 2, Roberto Moura informa o cumprimento para 1º Grau, 2º Grau e o acumulado para o TRE-PA. Pontua que para 2021, a Meta 2 está definida para julgamento de 80%, reduzindo em relação aos 90% de anos anteriores, como resultado das petições dos Desembargadores ao CNJ nas reuniões realizadas em junho/2020, levando à redução da Meta. Como previsão de futuro e consequente pontuação no Prêmio CNJ de Qualidade 2021 para o cumprimento da Meta, os dados atuais mostram que receberíamos 07 dos 10 pontos disponíveis para a Meta.

Quanto à Meta Nacional 4, haverá mudança para 2021, definida em 90% dos processos de 2018 e apenas 50% dos processos de 2020, em função das dificuldades decorrentes da pandemia e trabalho remoto. Geralmente a meta é definida em 75% dos processos da eleição do ano anterior. Roberto Moura informa o cumprimento para o TRE-PA. Como previsão de futuro e consequente pontuação no Prêmio CNJ de Qualidade 2021 para o cumprimento da Meta, os dados atuais mostram que não receberíamos pontos dos 10 pontos disponíveis para a Meta.

5. PROJETOS ESTRATÉGICOS: EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO 19-20

Hérika Sodré iniciou lembrando ao Presidente do TRE sobre o Plano de Gestão feito no início de sua gestão com 135 iniciativas e que naquele momento ninguém imaginava que viria uma Pandemia e que teríamos que executar essas iniciativas valendo-se da criatividade, das videoconferências e de vários outros recursos informatizados. Essas iniciativas foram monitoradas e foi elaborada toda uma metodologia que foi aprovada através de portaria, um manual de projetos, cadastrou todos os 135 projetos no sistema que tínhamos à época que era o GPWeb e mensalmente acompanhava dizendo se o projeto estava crítico ou se estava com o desempenho ótimo e fazia informação para a Diretoria Geral e quadrimensalmente trazia para a RAE. Então, Hérika apresentou como está a situação do Plano de Gestão hoje e qual é a expectativa de alcance de cumprimento até o final do exercício. Dos 135 projetos nós temos 79 concluídos, 14 cancelados e um deles absorvido por outro projeto, portanto 79% desses projetos já finalizados, ainda temos 34 projetos ainda a concluir, mas com previsão de serem concluídos até o final de 2020, isso considerando até o final da gestão e 9 projetos que só vão ser concluídos na próxima gestão porque foi apresentada solicitação de mudanças que postergou o prazo da entrega final desse projeto. Hérika continuou dizendo que, considerando o que temos concluído e o que ainda temos expectativa de concluir nesta gestão, então a nossa expectativa de execução do Plano de Gestão é de 85% concluindo que é um desempenho muito bom para um ano de Pandemia, sendo nossa primeira experiência de um plano de gestão formalmente instituído e formalmente acompanhado. Com isso, Hérika parabenizou todos os gestores e gerentes de projeto que se empenharam, que compraram a metodologia, apresentaram seus Planos Gerais de Projetos, apresentaram solicitações de mudança quando foi o caso, atualizaram o GPWeb para se poder ter essa informação. Continuou dizendo que os 9 projetos que não serão concluídos e aqueles 14 projetos que foram cancelados serão submetidos à equipe de transição e aos órgãos dirigentes para avaliarem se esses projetos ainda são pertinentes, se não perderam o objeto e fazerem a priorização junto com os demais projetos que vão compor o novo Plano de Gestão 2021/2022.

Ressaltou que o GPEG iniciou um processo para o novo Plano de Gestão, bem como encontra-se publicado na internet e na intranet o Manual de Gestão de Projetos e os formulários para o suporte de acompanhamento dos projetos.

CONCLUSÃO DA REUNIÃO

Desembargador Roberto Moura destacou que é a terceira e última reunião do Conselho do Governança em 2020 na sua gestão, antecipou os agradecimentos à parceria estabelecida durante os dois anos e agradece pelo trabalho desenvolvido pelos senhores e senhoras, mesmo no ano diferente, conseguimos, conforme demonstrado, executar 85% do que fora estabelecido, digno de nota, de maneira que todos estão de parabéns.

Agradeceu à parceria com a Corregedoria na pessoa da Desa Luzia Nadja Nascimento.

Agradeceu também ao Diretor-Geral, Osmar Frota, sempre ciente do trabalho executado sem medir esforços para implementar as ações, estas de grande sucesso da gestão, destacando, dentre várias, a atividade de Suprimento de Fundos, direcionando os trabalhos para que situações de prestação de contas indevidas não tornem a acontecer.

Agradeceu ao Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Ricardo Serruya, servidor exemplar dentro da área que lhe cabia administrar.

Agradeceu aos trabalhos realizados pelo Secretário de Auditoria, Rui Batista.

Agradeceu ao Secretário de Administração, Walber Remédios, reconhecendo a execução dos trabalhos, principalmente em virtude da pandemia que ainda assola nosso país, solucionando as pendências de transporte de materiais para as eleições, juntamente com o Diretor-Geral.

Agradeceu ao Secretário de Tecnologia da Informação, Felipe Brito, deixando-o “sem palavras” sobre a execução do seu trabalho. Um servidor que sempre demandado executava as funções, ressaltando ser o que todo macrogestor deseja: servidores que finalizam as suas missões. Parabenizando as Eleições de forma excepcional e com muita eficiência, agradecendo a todos da TI.

Agradeceu ao Secretário de Gestão de Pessoas, Rodrigo Valdez, sempre muito diligente, aconselhando com as melhores medidas em relação aos servidores do Tribunal, sabemos que grande parte dos servidores são oriundos de outros estados e alguns deles pleiteiam retorno para suas localidades de origem. O secretário sempre aconselhou de maneira muito apropriada neste campo.

Agradeceu ao Renato Alves, Secretário Judiciário, agradecimento à parceria e esforço, sempre se mostrando eficiente, inclusive fora do horário de expediente, sempre disposto a corresponder às expectativas do TRE-PA, na figura de seu Presidente.

Agradeceu à Assessora de Planejamento Estratégia e Gestão, Hérika Sodré, sempre muito proativa, genial nas medidas que adota, na assistência à Presidência do Tribunal. Entendendo os agradecimentos aos demais servidores do Planejamento, na figura dos servidores Roberto Moura e Patrícia Saboya.

Agradeceu à Luciana Souza, da Escola Judiciária Eleitoral, pelo trabalho executado à frente da Escola, sendo um ano excepcional, tendo o cancelamento de muitos trabalhos que poderiam ser realizados, sendo possível na próxima gestão, com certeza.

À Ouvidoria Judicial Eleitoral, na pessoa da Rosa Christo, que se mostrou muito eficiente à frente dos trabalhos,

Edney Martins, um dos mais acionados neste período de eleição, trazendo sua experiência no ramo da Comunicação Social, demonstrou o acerto em escolhê-lo para a Assessoria de Comunicação do TRE-PA. Agradecendo ao Edney pelo trabalho realizado sem ressalva nenhuma aos resultados.

Agradeceu à Ingrid Agrassar Brito, chefe de Gabinete da Presidência, muito eficiente nas pautas diárias da Presidência, e no seu trabalho, sempre respondendo às demandas do Presidente.

Agradeceu à Marcela Neves, Assessora, sempre dedicada, pelo auxílio prestado à frente da Assessoria da Presidência.

“Devo ter esquecido de alguns nomes, mas fica minha gratidão a todos vocês (servidores do TRE-PA).”

ANEXO

Quadro de Deliberações

Assunto	Encaminhamento	Prazo
Desempenho da função de auditoria interna realizada no exercício de 2020	Aprovação e Registro de congratulações ao Secretário e à sua equipe, em cumprimento ao disposto no art. 8º, VII, da Resolução TRE/PA nº 5.415/2017, e nos arts. 4º, I, e 5º da Resolução CNJ nº 308/2020.	Aplicação imediata



Documento assinado eletronicamente por **LUZIA NADJA GUIMARAES NASCIMENTO, Corregedor Regional Eleitoral**, em 21/01/2021, às 16:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO AUGUSTO NASCIMENTO MONTERO VALDEZ, Secretário de Gestão de Pessoas**, em 22/01/2021, às 11:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE HOUAT DE BRITO, Secretário**, em 22/01/2021, às 11:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RENATO HOLANDA ALVES, Secretário**, em 22/01/2021, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO GONCALVES DE MOURA, Presidente**, em 22/01/2021, às 11:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALEX ADAM RAMOS DE AQUINO, Técnico Judiciário**, em 22/01/2021, às 11:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL RODRIGO DINELLY ARAÚJO, Coordenador**, em 22/01/2021, às 12:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO DE ARAÚJO MOURA, Analista Judiciário**, em 22/01/2021, às 12:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **NATÁLIA SEABRA DOS SANTOS, Requisitado**, em 22/01/2021, às 12:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LEILA CASTRO FRANÇA, Analista Judiciário**, em 22/01/2021, às 13:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SABRINA BITTENCOURT GUIMARÃES CASTRO, Coordenador**, em 22/01/2021, às 14:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **OSMAR NELSON ELLERY FROTA, Diretor Geral**, em 22/01/2021, às 15:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA GUIMARAES ROCHA DE SABOYA, Técnico Judiciário**, em 22/01/2021, às 15:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **WALBER JOAQUIM DOS REMÉDIOS, Secretário**, em 25/01/2021, às 09:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON ARAÚJO DOS SANTOS, Coordenador**, em 25/01/2021, às 11:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **INGRID AGRASSAR HOUAT DE BRITO, Chefe de Gabinete**, em 25/01/2021, às 13:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO SERRUYA DE MEDEIROS, Coordenador**, em 10/02/2021, às 09:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HÉRIKA CARLA DA COSTA SODRÉ, Analista Judiciário**, em 10/02/2021, às 10:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1223001** e o código CRC **8E542774**.